

h) Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro, na sua atual redação (Estatuto disciplinar dos trabalhadores em funções públicas);  
i) Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013).

10.4.2 — Bibliografia/legislação recomendada para as questões de enquadramento específico:

A bibliografia e ou legislação recomendada à preparação das questões de âmbito específico estará disponível na página eletrónica da DGPC ([www.dgpc.pt](http://www.dgpc.pt)) até 30 dias, contados continuamente, antes da realização da prova de conhecimentos.

10.5 — Avaliação Curricular (AC): visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica e profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada face às tarefas descritas no ponto 5 deste Aviso, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida. A AC tem caráter eliminatório, sendo adotada uma escala de valoração de 0 a 20 valores, com expressão até às centésimas.

10.6 — Entrevista Profissional de Seleção (EPS): visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. A EPS é pública e tem caráter eliminatório, sendo avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores, obtendo-se o resultado final através da média aritmética simples das classificações dos parâmetros a avaliar.

11 — A classificação final dos candidatos que completem o procedimento será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com arredondamento até às centésimas, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, de acordo com as fórmulas definidas no ponto 10.1 do presente Aviso.

11.1 — Consideram-se excluídos os candidatos que obtiverem uma valoração inferior a 9,5 valores em qualquer dos métodos de seleção, não lhes sendo aplicado o método seguinte, sendo o caso.

12 — Composição e identificação do júri — O júri do presente procedimento concursal tem a seguinte composição:

Presidente — Licenciada Lia Isabel Coelho Ribeiro, Chefe da Divisão de Planeamento, Gestão, Controlo, Recursos Financeiros e Patrimoniais;  
1.º Vogal Efetivo — Licenciado Luís Filipe Gomes, Técnico Superior da Divisão de Planeamento, Gestão, Controlo, Recursos Financeiros e Patrimoniais;

2.º Vogal Efetivo — Licenciada Teresa de Jesus Alves Rodrigues, técnica superior da Divisão de Recursos Humanos, Expediente e Arquivo;

1.º Vogal Suplente — Licenciada Isabel Patrício Jorge, técnica superior da Divisão de Planeamento, Gestão, Controlo, Recursos Financeiros e Patrimoniais;

2.º Vogal Suplente — Licenciado José Avelino Pereira da Rosa, Chefe da Divisão de Recursos Humanos, Expediente e Arquivo.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efetivo.

13 — Em conformidade com o disposto na alínea i) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, os candidatos têm acesso às atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, desde que o solicitem.

14 — Notificação e exclusão dos candidatos:

14.1 — Os candidatos admitidos serão convocados para realização dos métodos de seleção, nos termos previstos no artigo 32.º e por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

14.2 — De acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, os candidatos excluídos em cada uma das fases do procedimento concursal serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da referida Portaria para a realização de audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

14.3 — A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção intercalar é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações da DGPC e disponibilizada na sua página eletrónica ([www.dgpc.pt](http://www.dgpc.pt)).

15 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, “a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação”.

16 — Critérios de ordenação preferencial:

16.1 — Em situações de igualdade de valoração, os critérios de desempate a adotar são os constantes do artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

16.2 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supra referido.

17 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação, será afixada em local visível e público nas instalações da DGPC e disponibilizada na sua página eletrónica ([www.dgpc.pt](http://www.dgpc.pt)), sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do *Diário da República* com informação sobre a sua publicitação.

18 — Reservas de recrutamento: O presente procedimento concursal comum rege-se pelo disposto nos n.ºs 1 a 3 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

19 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, o presente Aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)) no 1.º dia útil seguinte à respetiva publicação no *Diário da República*, na página eletrónica da DGPC ([www.dgpc.pt](http://www.dgpc.pt)) e em jornal de expansão nacional, por extrato, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da data da referida publicação.

20 — Em tudo o não expressamente previsto no presente Aviso, o concurso rege-se, designadamente, pelas disposições atualizadas constantes da Lei n.º 12-A/2008, de 28 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, Portarias n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro e n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, pela Constituição da República Portuguesa e pelo Código do Procedimento Administrativo.

21 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

7 de novembro de 2013. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Correia Diogo Baptista*.

207385219

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Autoridade Tributária e Aduaneira

#### Aviso (extrato) n.º 14109/2013

Por despacho do Senhor Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, de 24 de outubro de 2013, proferido nos termos do artigo 12.º, artigo 13.º e do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de dezembro, foi nomeada, em regime de substituição, no cargo de adjunta de chefe de finanças, Dina Isabel Ramos Dinis Fernandes, no S. F. Lisboa 10, por vacatura do lugar, com efeitos a 17 de outubro de 2013, cessando o regime de substituição, no cargo de adjunto de chefe de finanças, o técnico de administração tributária adjunto, nível 3, Fernando Manuel Guerreiro Peixinho, com efeitos a 11 de outubro de 2013 (inclusive).

29 de outubro de 2013. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.

207390654

#### Aviso (extrato) n.º 14110/2013

Por despacho de 15 de outubro de 2013 da Subdiretora-Geral, por delegação de competências do Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, proferido nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 366/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 237/2004 de 18 de dezembro, mantido em vigor pelo n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 118/2011 de 15/12, foi autorizada a renovação das equipas de trabalho da Inspeção Tributária da Direção de Finanças de Leiria, a seguir indicadas:

Nome da equipa	Trabalhadores designados para a chefia da equipa	Período de duração	
		Início	Fim
Equipa 10	Alberto Cabral Fernandes	01.01.2013	31.12.2013
Equipa 20	António Manuel Duarte Guerra	01.01.2013	31.12.2013

Nome da equipa	Trabalhadores designados para a chefia da equipa	Período de duração	
		Início	Fim
Equipa 21	Maria de Fátima Correia Catarino	01.01.2013	31.12.2013
Equipa 23	Maria de Lurdes Gomes Alves Castanheira	01.01.2013	31.12.2013
Equipa 26	Virgílio Mouroço Sebastião	01.01.2013	31.12.2013
Equipa 11	Edmundo Branco de Oliveira Lopes	01.01.2013	31.12.2013
Equipa 12	Maria Antónia Rodrigues Lopes Carrilho	01.01.2013	31.12.2013
Equipa 13	Fernanda de Jesus Ferreira Santos Fernandes	01.01.2013	31.12.2013
Equipa 14	João Carlos Ferreira Neves	01.01.2013	31.12.2013
Equipa 22	Maria Adelaide Ferreira da Costa	01.01.2013	31.12.2013
Equipa 24	Armínio Ferreira de Azevedo	01.01.2013	31.12.2013

7 de novembro de 2013. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.

207390751

**Aviso (extrato) n.º 14111/2013**

Por despacho de 11 de setembro de 2013 da Subdiretora-Geral, por delegação de competências do Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, proferido nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 366/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1.º do

Decreto-Lei n.º 237/2004 de 18 de dezembro, mantido em vigor pelo n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 118/2011 de 15/12, foi autorizada a constituição de equipas de trabalho da Inspeção e Justiça Tributária da Unidade dos Grandes Contribuintes, relativas ao ano de 2012, a seguir indicadas:

**Inspeção Tributária**

Nome da equipa	Trabalhadores designados para a chefia da equipa	Período de duração	
		Início	Fim
Tributação	José Teotónio Duarte Marques	01.01.2012	31.12.2012
Preços de Transferência	Célia Maria de Sousa Proença	01.02.2012	31.12.2012
Bancos e Outras Instituições de Crédito 1	Maria Isabel Costa Ribeiro	01.01.2012	31.12.2012
Bancos e Outras Instituições de Crédito 2	Fernando Manuel Pereira Ribeiro	01.02.2012	31.12.2012
Bancos e Outras Instituições de Crédito 3	Ercília da Silva Valente Fernandes	01.01.2012	31.12.2012
Seguradoras	Carlos Manuel Gomes Sebastião	01.01.2012	31.12.2012
Comércio 2 — Norte	Joaquim Manuel de Sousa	01.02.2012	31.12.2012
Comércio 1	José Paulo Pires Simões	01.01.2012	31.12.2012
Construção	Jorge Carreira Vieira	01.01.2012	31.12.2012
Energia	Cristina Maria Jorge Pouseiro	01.01.2012	31.12.2012
Indústrias Transformadoras 1	António Manuel da Luz Lourenço	01.01.2012	31.12.2012
Indústrias Transformadoras 2	Luis Manuel Seixas Barandas da Fonseca	01.01.2012	31.12.2012
Transportes e Serviços	António Luís da Costa Bonecas	01.01.2012	31.12.2012
Comunicações e Serviços	Ana Isabel Afonso Pinto Costa Monteiro	01.01.2012	31.12.2012
Futebol — SADS	João Pedro Guerreiro Correia	01.01.2012	31.12.2012
Auditoria Informática	Álvaro Afonso Barata Duarte	01.01.2012	31.12.2012
Planeamento e Análise de Risco	Manuel de Jesus Costa	01.01.2012	31.12.2012

**Inspeção e Justiça Tributária**

Nome da equipa	Trabalhadores designados para a chefia da equipa	Período de duração	
		Início	Fim
Assistência Tributária 1 — Entidades Financeiras	Carlos Alberto Jesus Dias e Sousa	01.01.2012	31.12.2012
Assistência Tributária 2 — Entidades Financeiras	Sandra Cristina Mantas Roubaco	01.02.2012	31.12.2012
Assistência Tributária 3 — Indústria	Cláudia Marina Carmo dos Santos	01.02.2012	31.12.2012
Assistência Tributária 4 — Energia	Maria Isabel Simões Ferreira	01.02.2012	31.12.2012
Assistência Tributária 5 — Construção	Manuel Gonçalves da Silva	01.01.2012	31.12.2012
Assistência Tributária 6 — Comércio	Nuno Miguel Mendes de Carvalho	01.01.2012	31.12.2012
Assistência Tributária 7 — Transportes e Comunic.	Luis Manuel Mateus Gaspar	01.02.2012	31.12.2012
Assistência Tributária 8 — Norte	Maria da Piedade Gonçalves Santos Vaz	01.01.2012	31.12.2012

8 de novembro de 2013. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.

207390865

**Aviso n.º 14112/2013**

Por despacho de 06/11/2013 da Subdiretora-Geral, Leonor Duarte, substituta legal do Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira,

foi homologada a mudança para o nível 2 da categoria de técnico de administração tributária, do grau 4 do GAT, ao abrigo do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de dezembro dos trabalhadores a seguir